



DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO PLANO DE TRABALHO ATUARIAL ANO-BASE 2026

Considerando as alterações legais instituídas pela Portaria MTP nº 1467/2022 e os procedimentos complementares relacionados à avaliação atuarial do Instituto de Previdência do Município de Jundiaí instituídos no Plano de Trabalho Atuarial do IPREJUN para o exercício de 2026, apresentamos os resultados alcançados:

8. ESTUDOS COMPLEMENTARES

8.1 Procedimentos para alteração de carga horária:

PMJ.0010184/2026: Não foi apontada a necessidade de recomposição de déficit matemático futuro – Enquadramento na Lei Complementar 611/2021.

PMJ.0004529/2026: Não foi apontada a necessidade de recomposição de déficit matemático futuro – Enquadramento na Lei Complementar 611/2021.

PMJ.0010707/2026: Não foi apontada a necessidade de recomposição de déficit matemático futuro – Enquadramento na Lei Complementar 611/2021.

8.2 Procedimentos para análise de reenquadramentos / plano de cargos:

PMJ.0003218/2026: Proposta de enquadramento dos ocupantes de cargo de cozinheiro para concessão de aposentadoria especial.

Foi identificado que a proposta provoca elevação na provisão matemática de benefícios a conceder de R\$ 45.763.458,01, decorrente do enquadramento dos servidores ocupantes do cargo de COZINHEIRO(A) para a aposentadoria especial por agentes nocivos.



PMJ.0035278/2025: Estudo para incorporação do valor correspondente ao Adicional de Risco de Vida ao vencimento base dos cargos de Guarda Municipal, Agente de Trânsito e Agente de Fiscalização de Posturas Municipais, afetados pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Foram identificados impactos nas provisões matemáticas:

Benefícios a conceder - Impacto dos servidores em atividade:

Agentes de Fiscalização de Posturas Municipais: R\$ 15.862.272,88

Agentes de Trânsito: R\$ 866.395,95

Guardas Municipais: R\$ 7.374.477,03

Total: R\$ 24.103.145,87

Impacto na provisão matemática de benefícios concedidos – Impacto dos servidores aposentados com paridade, caso implementada alteração do plano de cargos:

Agentes de Fiscalização de Posturas Municipais: R\$ 10.971.375,32

Agentes de Trânsito: R\$ 776.190,91

Guardas Municipais: R\$ 21.661.507,73

Total: R\$ 33.409.073,96

PMJ.0000360/2026 – Análise de impacto em um possível enquadramento dos educadores infantis como professores:

Se aplicado o enquadramento, foi apurado impacto atuarial que poderá chegar a R\$ 140.153.557,50, decomposto em R\$ 119.550.572,18 para as alterações propostas para os servidores ativos e em R\$ 20.608.985,32 para as alterações dos benefícios já concedidos.

PMJ.0014174/2025 – Estudos para majoração do teto dos procuradores municipais. Foi apurada a elevação de R\$ 9.892.649,34 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, e de R\$ 3.215.090,55 nas Provisões Matemáticas de Benefícios já concedidos, ou seja, um impacto atuarial de R\$ 13,1 milhões.

IPJ.0000319/2026 – Estudos para aplicação da alíquota de contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas acima do teto do RGPS.



**Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí**

Foi apurado que a adoção do teto do Regime Geral de Previdência Social como limite de isenção para o cálculo da contribuição geraria um déficit atuarial adicional de R\$ 330 milhões.

Jundiaí, 30 de abril de 2026

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

Diretora Presidente